



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL) DE 14/05/2024

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado expressou solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, destacando os esforços de socorro e a generosidade nacional. Afirmou que a recuperação demandará tempo e muitos recursos, e ressaltou a atuação do Presidente Lula na região. Além disso, parabenizou os Municípios baianos de Condeúba e São Félix do Coribe por seus aniversários de emancipação política, destacando parcerias e investimentos locais. Ao encerrar, ele agradeceu por ter sido agraciado com o Título de Cidadão de São Félix do Coribe.

**Luiz Couto (PT - PB)** - O Deputado criticou a gestão do Prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, acusando-o de más práticas administrativas e ligações criminosas. Apontou que a administração atual negligencia a população e prioriza interesses empresariais, resultando em abandono do Centro Histórico, poluição, precariedade na saúde e educação, e assistencialismo. Destacou a falta de valorização do funcionalismo público e a influência negativa na população menos favorecida. Defendeu políticas públicas eficazes e elogiou as gestões anteriores de Ricardo Coutinho e Luciano Cartaxo. Também mencionou a importância de cuidados ambientais, em referência à situação do Rio Grande do Sul.

**Luiz Lima (PL - RJ)** - O Deputado homenageou a Deputada Amália Barros, falecida recentemente. Destacou sua trajetória como jornalista, locutora de rodeios e sua atuação política em defesa dos monolares. Amália, que perdeu a visão do olho esquerdo aos 20 anos e utilizava uma prótese ocular, fundou o Instituto Nacional da Pessoa com Visão Monocular e contribuiu para a aprovação da Lei nº 14.126, de 2021, que reconhece a visão monocular como deficiência sensorial. Ressaltou a determinação e o altruísmo de Amália, enfatizando seu papel em trazer dignidade a muitos. Concluiu com uma mensagem de paz e valorização de sua contribuição.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado realizou uma homenagem póstuma à Deputada Amália Barros, destacando seu caráter gentil e a boa convivência apesar das divergências políticas. Expressou seu pesar pela perda e estendeu condolências à família de Amália e ao povo do Rio Grande do Sul, destacando a resposta do Governo Federal à tragédia no Estado. Também defendeu a importância do diálogo entre o Governo Lula e os servidores técnico-administrativos e docentes das universidades federais em greve, enfatizando a necessidade de negociações eficazes para a melhoria da educação. Ele pediu ao Ministro da Educação, Camilo Santana, e à Ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, avanços nas negociações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Daniel Trzeciak (PSDB - RS)** - O Deputado abordou a grave situação enfrentada pelo Rio Grande do Sul devido à tragédia climática que afetou o Estado. Ele enfatizou a necessidade de perdoar a dívida de R\$ 95 bilhões do Estado com a União, considerando que mais de 600 mil pessoas estão desalojadas e em abrigos. Destacou a urgência de ações rápidas e menos burocráticas do Governo Federal para liberar recursos diretamente para os afetados, permitindo que reconstruam suas vidas.

**Flávio Nogueira (PT - PI)** - O Deputado destacou a harmonia entre os Três Poderes da República na resposta à tragédia climática no Rio Grande do Sul. Com 1,7 milhão de pessoas afetadas e 500 mil desabrigadas, ele enfatizou as medidas tomadas pelo Governo Federal, como a liberação de R\$ 12 bilhões e a suspensão de uma dívida de R\$ 11 bilhões, com suspensão de juros. Elogiou a União e o esforço coletivo para socorrer o Estado, ressaltando a importância da solidariedade e do verdadeiro patriotismo.

**José Rocha (UNIÃO - BA)** - O Deputado congratulou diversos Municípios baianos pelos aniversários de emancipação política. Ele destacou Buritirama, Maetinga, Condeúba e Jaborandi, este último criado durante seu mandato como Deputado Estadual. Ele ressaltou o progresso e desenvolvimento desses Municípios, enfatizando a importância desse crescimento para as comunidades locais e para o Estado da Bahia.

**Coronel Telhada (PP - SP)** - O Deputado expressou publicamente seus sentimentos pelo falecimento da Deputada Amália Barros, ressaltando a fragilidade da vida e a importância de ajudar os outros. Também comentou a catástrofe no Sul do Brasil, destacando a solidariedade de São Paulo e a mobilização de doações. Enfatizou a necessidade de endurecer penas para crimes cometidos em áreas de calamidade, citando seu Projeto de Lei nº 651, de 2023, que visa dobrar as penas para tais crimes, e pediu apoio para sua votação.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado destacou a entrada em vigor do Programa Desenrola, que visa ajudar mais de 6 milhões de pequenos empreendedores endividados a renegociar suas dívidas e restabelecer seus negócios, contribuindo para a geração de empregos e renda. Ele também condenou a disseminação de *fake news* durante a calamidade pública no Rio Grande do Sul, enfatizando a necessidade de punição para quem explora tragédias para fins políticos. Além disso, mencionou que protocolou um projeto para penalizar a divulgação de mentiras em momentos de calamidade.

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado criticou a gestão do Governo Lula, destacando a queda nos lucros da Petrobras no primeiro trimestre de 2024. Ele mencionou uma pesquisa do Instituto Genial/Quaest que aponta que 49% dos brasileiros acreditam que o Governo está na direção errada. Enfatizou a importância de monitorar e cobrar a atuação do Governo para garantir a transparência e a melhoria das políticas públicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado expressou preocupação com a possibilidade de aumento de impostos e criticou o projeto relacionado às *fake news*, que entrará na pauta. Ele argumentou que tal iniciativa não está relacionada à crise no Rio Grande do Sul, mas sim aos interesses financeiros da Rede Globo. Acusou a emissora de buscar lucro às custas da restrição da liberdade de expressão, comparando-a a um político desgastado que busca eleição apenas por meio de recursos financeiros. Concluiu apelando aos espectadores para se oporem a esse projeto.

**Airton Faleiro (PT - PA)** - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, do relatório de um projeto de lei que cria uma política nacional para as populações originárias e tradicionais na Amazônia, incluindo a criação de um fundo para apoiá-las. Ele ressaltou a importância de incentivar iniciativas de sociobiodiversidade na região como forma de preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Também condenou a propagação de *fake news* por alguns Parlamentares, questionando se é ético para um Parlamentar disseminar mentiras, especialmente durante uma crise como a enfrentada pelo povo gaúcho.

**José Nelto (PP - GO)** - O Deputado celebrou a presença da Vereadora Michelle, de Davinópolis (GO), destacando sua coragem e determinação na luta por melhorias para o Município. Ele ressaltou a necessidade urgente de construir uma segunda pista na ponte sobre o Rio São Marcos, devido aos frequentes desastres fatais que ocorrem no local. A Vereadora Michelle, pré-candidata a Prefeita, está em Brasília para apresentar requerimentos ao DNIT e ao Ministério dos Transportes, buscando incluir verbas no Orçamento da União para essa obra crucial. Destacou o empenho da Vereadora em enfrentar essa situação desafiadora e garantir a segurança da população de Davinópolis.

**Saullo Vianna (UNIÃO - AM)** - O Deputado celebrou a inauguração da Arena Olímpica Rubem dos Santos em Parintins, Amazonas, destacando-a como o maior ginásio poliesportivo do interior do Estado, destinada a promover inclusão e desenvolvimento social. Também destacou que durante a inauguração, foi realizada uma arrecadação de alimentos para ajudar o Rio Grande do Sul. Enfatizou o compromisso do Prefeito Bi Garcia com a transformação social, destacando investimentos em educação, saúde e esporte. Ao encerrar, anunciou que está destinando emendas orçamentárias para a população de Parintins.

**Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ)** - O Deputado expressou solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul diante da calamidade climática. Ele destacou projetos de lei para garantir direitos trabalhistas em casos de enchentes e criar a categoria de deslocado interno por questões climáticas. Além disso, denunciou a disseminação de *fake news* sobre a tragédia, prejudicando o socorro às vítimas. Apresentou um requerimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

ao Ministério da Justiça para garantir dignidade aos presos gaúchos e elogiou o esforço integrado do Governo Federal em auxiliar o Estado. Alertou sobre a desorganização da relação entre humanos e natureza devido a modelos econômicos predatórios e legislação que desprotege o meio ambiente e povos tradicionais.

**Roberto Monteiro Pai (PL - RJ)** - O Deputado expressou suas condolências pela partida da Deputada Amália Barros e apresentou a Presidente do PL Mulher de São João da Barra (RJ).

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada, em nome da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, lamentou profundamente o falecimento da Deputada Federal Amália Barros, aos 39 anos. Amália Barros, do PL de Mato Grosso, integrou comissões importantes como a de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e da Mulher, além da Comissão de Educação. Formada em jornalismo, lançou o livro "Se enxerga!" em 2021, onde compartilhou sua luta após perder a visão do olho esquerdo aos 20 anos. Ela também contribuiu para a aprovação da Lei nº 14.126/2021, que reconhece a visão monocular como deficiência sensorial visual. A Parlamentar expressou condolências à família e amigos, ressaltando que a perda de Amália é sentida por toda a bancada feminina.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado criticou o uso de dinheiro público para financiar grandes *shows*, como o da cantora Madonna no Rio de Janeiro, promovidos pelo Prefeito Eduardo Paes. Ele afirmou que esses eventos funcionam como uma "lavanderia de dinheiro público" e enfatizou que é contra o uso de recursos públicos tanto para esses *shows* quanto para a Marcha para Jesus. Destacou que o dinheiro público deve ser destinado a segurança, educação e saúde, e que eventos privados, sejam *shows* ou manifestações religiosas, devem ser financiados com recursos próprios dos organizadores. Ele chamou a atenção dos pastores do Rio de Janeiro para não aceitarem dinheiro público para a Marcha para Jesus, prometendo denunciar qualquer incoerência.

**Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG)** - O Deputado expressou pesar pela tragédia no Rio Grande do Sul, destacando que o poder público tem limitações, especialmente em desastres naturais. Ele criticou a mídia tradicional, mencionando a entrevista do Governador gaúcho à Globo News, onde o jornalista André Trigueiro sugeriu que a tragédia poderia ter sido evitada. Defendeu que, em situações como essa, a atuação do Governo pode apenas minimizar as consequências, não prevenir totalmente os eventos. Ele também enfatizou a importância da liberdade de expressão nas redes sociais e criticou a criminalização de influenciadores e políticos que procuram informar a população durante crises.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**João Daniel (PT - SE)** - O Deputado expressou solidariedade à população do Rio Grande do Sul, que enfrenta um grave desastre natural, e prestou condolências à família da Deputada Amália Barros. Ele destacou duas ações importantes para a Câmara: a aprovação do projeto sobre *fake news*, que está parado por falta de interesse, e a discussão do papel do Estado na gestão de crises. O Parlamentar enfatizou a necessidade de regulamentação séria das redes sociais e meios de comunicação para combater a desinformação. Ele também elogiou a proposta da ex-Presidenta Dilma Rousseff de um aporte de recursos do BRICS para o Rio Grande do Sul, destacando a importância de um Estado forte e atuante nas políticas públicas e na economia.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado destacou a importância da BR-226, que liga o Nordeste ao Norte e Centro-Oeste do Brasil, atravessando o Maranhão. Ele informou que os 63 quilômetros restantes da rodovia foram recentemente pavimentados e inaugurados pelo Ministro Renan Filho, graças ao Orçamento de 2023 relatado pelo Senador Marcelo Castro. Ressaltou o papel do Governador Carlos Brandão e da bancada federal na alocação de recursos. Ele também homenageou a ex-Governadora Roseana Sarney, que pavimentou metade da BR-226 com recursos estaduais durante seu segundo mandato. E celebrou que hoje 100% da BR-226 está pavimentada.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado repudiou a disseminação de *fake news* sobre as enchentes no Rio Grande do Sul, criticando perfis de extrema direita e alguns Parlamentares por propagarem desinformação que atrapalha os esforços de socorro. Ele destacou a mobilização significativa do Governo, incluindo o envio de aeronaves, viaturas e bombeiros, e lamentou o uso de vídeos descontextualizados e falsos para manipular a opinião pública e criar pânico. Enfatizou a necessidade de verdade e transparência para a recuperação do Estado.

**Marcon (PT - RS)** - O Deputado agradeceu aos gestores públicos, voluntários, Governos Estadual e Federal, e às Forças Armadas pela ajuda diante da maior enchente em 80 anos no Rio Grande do Sul, que deixou 1,5 milhão de desabrigados e resultou em 148 mortes. Ele criticou a exploração política da tragédia, pediu união e solidariedade para a reconstrução do Estado, e agradeceu especialmente ao Presidente Lula por sua presença e apoio contínuos. Ele também destacou o apoio emocional de eventos como o treino aberto do Atlético Mineiro, que reuniu 43 mil pessoas em solidariedade aos gaúchos.

**José Nelto (PP - GO)** - O Deputado fez um apelo para que comerciantes e empresários coloquem produtos do Rio Grande do Sul em destaque nas prateleiras dos supermercados e estabelecimentos comerciais, como forma de ajudar o povo gaúcho diante das enchentes. Ele destacou a importância de especificar a origem dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

produtos para que as pessoas possam contribuir indiretamente com a região afetada. Além disso, mencionou um projeto do empresário Alexandre Braga, pré-candidato a prefeito em Senador Canedo (GO), para a construção de um hospital modelo inspirado em um hospital do Rio de Janeiro, destacando a urgência da melhoria na saúde do município.

**Rosângela Reis (PL - MG)** - A Deputada expressou suas condolências aos amigos e familiares da colega Deputada Amália Barros, que faleceu recentemente. Destacou a combatividade e dedicação de Amália Barros em causas importantes, como os direitos das mulheres e das pessoas com deficiência. A Deputada solidarizou-se com o Partido Liberal, do qual Amália era Vice-Presidente Nacional, ressaltando a perda significativa para a agremiação.

**Roberto Monteiro Pai (PL - RJ)** - O Deputado parabenizou a Associação dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro pelos 40 anos de luta pela autonomia da advocacia pública, destacando sua importância para o Estado Democrático de Direito. Ele defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2024, que confere autonomia orçamentária às Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e à Advocacia-Geral da União. Em seguida, parabenizou a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pelos seus 215 anos, elogiando a nomeação do Coronel Menezes como Secretário da corporação. Encerrou expressando solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul diante das dificuldades enfrentadas e convidando o Presidente Pompeo de Mattos para o PARLASUL no fim do mês.

**Jorge Solla (PT - BA)** - O Deputado celebrou os 10 anos do Campus dos Malês da UNILAB, destacando sua importância na integração internacional e na educação de estudantes africanos de língua portuguesa. Ele criticou a interrupção das obras durante o governo anterior, ressaltando que a retomada dos investimentos na universidade coincidiu com o retorno do Presidente Lula. Elogiou o papel da UNILAB na formação de jovens negros e filhos da classe trabalhadora, agradecendo aos professores, estudantes, funcionários, ao Ministro Camilo e ao Presidente Lula.

**Geovania de Sá (PSDB - SC)** - A Deputada homenageou o Padre Antonio Vander da Silva, destacando sua contribuição na construção do Santuário Diocesano do Sagrado Coração Misericordioso de Jesus, em Içara, Santa Catarina. Ela ressaltou a trajetória do Padre Vander, que optou pela vocação religiosa apesar de ter sido aprovado no vestibular de medicina, e destacou seu papel como líder religioso, conselheiro e amigo na região sul do Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Rosângela Moro (UNIÃO - SP)** - A Deputada expressou solidariedade ao Estado do Rio Grande do Sul e destacou a necessidade de continuar ajudando as pessoas afetadas pela tragédia, incluindo as da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs). Em seguida, prestou homenagem à colega Deputada Amália Barros, destacando seu legado na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, especialmente pela aprovação de uma lei beneficiando aqueles com visão monocular. Por fim, manifestou preocupação em relação ao "Projeto Netflix", criticando sua tramitação acelerada na Câmara dos Deputados e levantando questões sobre a taxação das plataformas de *streaming* e a obrigatoriedade de produção de conteúdo nacional, expressando a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre a matéria.

**Bruno Farias (AVANTE - MG)** - O Deputado destacou a importância da enfermagem no auxílio às vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul e fez um apelo aos Senadores para que assinem a Proposta de Emenda à Constituição da Senadora Eliziane Gama, que estabelece a carga horária de 30 horas como piso nacional para a categoria. Além disso, solicitou sensibilidade aos líderes partidários e ao Presidente da Câmara para aprovar um projeto de sua autoria sobre o reajuste anual do piso salarial da enfermagem. Ele enfatizou a urgência em resolver essas questões e assegurar os direitos dos profissionais de enfermagem.

**Darci de Matos (PSD - SC)** - O Deputado destacou a solidariedade dos jipeiros do Rio Grande do Sul e do Brasil, destacando sua importância durante a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul. Ele mencionou ter sido Relator de um projeto de lei na Câmara que regulariza os jipes dos clubes de jipeiros, atualmente em tramitação no Senado sob relatoria do Senador Jorge Seif. Ressaltou que os jipeiros têm sido fundamentais para alcançar áreas de difícil acesso durante as operações de resgate, e o projeto em questão visa a regularizar sua situação legal, reconhecendo sua relevância para o país.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado agradeceu a solidariedade de todos os partidos políticos em relação à tragédia no Rio Grande do Sul. No entanto, ele destacou a indignação diante de certas situações, como a necessidade do Prefeito de Porto Alegre recorrer às redes sociais para pedir que "tornozelados" do sistema prisional não fossem alojados junto com pessoas que não têm antecedentes criminais nos abrigos. O Parlamentar questionou a falta de pronunciamento público do Judiciário e da Defensoria Pública em relação a essa questão, apontando discrepâncias entre relatos do Secretário de Assuntos Estratégicos e as opiniões dessas instituições. Ele também expressou preocupação com a possível votação do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que ele descreveu como uma iniciativa da TV Globo para taxar o uso das redes sociais, fazendo um apelo aos espectadores para pressionarem seus Deputados a votarem contra o projeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Bruno Farias (AVANTE - MG)** - O Deputado destacou as dificuldades das estradas na região dos Municípios de Machacalis (MG) e Águas Formosas (MG). Após diálogo com o Governador Romeu Zema e o Diretor do DER-MG, Rodrigo Tavares, foi garantido o início de uma operação tapa-buracos e a licitação para novo asfalto. Reafirmou seu compromisso em trabalhar incansavelmente pela área e anunciou novos investimentos provenientes de suas emendas, prometendo mais recursos nos próximos quatro anos.

**Merlong Solano (PT - PI)** - O Deputado destacou o anúncio feito pela ex-Presidente Dilma Rousseff sobre a liberação de R\$ 5,75 bilhões pelo Banco do BRICS para o Brasil e o Rio Grande do Sul. Os recursos serão destinados à recuperação da infraestrutura estadual, obras de saneamento, ações de defesa ambiental e prevenção de crises climáticas. Enfatizou a importância do Brasil em organismos internacionais e elogiou o compromisso de Dilma, atual Presidente do Banco do BRICS, com o País e o Rio Grande do Sul.

**Leonardo Monteiro (PT - MG)** - O Deputado convidou os Parlamentares do Congresso Nacional para uma reunião em Governador Valadares (MG), no próximo sábado. A reunião foi convocada pela população para discutir os problemas críticos da cidade, como ruas esburacadas, esgoto estourado, distritos abandonados e a precariedade da saúde pública. O encontro contará com a presença de lideranças de partidos como PT, PV, PCdoB, PDT e REDE, com o objetivo de ouvir a população e iniciar um projeto de mudanças para tornar Governador Valadares mais justa e humana. Destacou que o hospital municipal, essencial para a região, está em condições inadequadas, assim como as unidades básicas de saúde.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado criticou a diplomacia brasileira, classificando-a como covarde e ultrajante por não representar a Nação. Lamentou a postura do País em se abster de uma votação que condenaria as violações de direitos humanos pelo Irã. Expressou saudade da diplomacia durante o Governo de Jair Bolsonaro, que considerou mais firme. Acusou a diplomacia atual de ser ideológica e incoerente, afirmando que, apesar do discurso em defesa das minorias, o Governo Federal se alinha com regimes que as oprimem.

**Professora Goreth (PDT - AP)** - A Deputada defendeu os servidores técnico-administrativos em educação (TAEs), destacando sua importância na manutenção da rede federal de ensino no Amapá e em todo o Brasil. Com mais de 224 mil TAEs atendendo a 2 milhões de estudantes, esses profissionais são essenciais para o funcionamento das universidades e institutos federais. Criticou a crescente desvalorização da categoria, com salários congelados há mais de sete anos e ausência de uma política de carreira adequada. Em greve em mais de 30 universidades, os TAEs buscam recomposição salarial e dignidade. Apelou aos colegas Parlamentares para apoiar a causa e pressionar o Governo Federal por medidas concretas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Silvia Waiãpi (PL - AP)** - A Deputada destacou a realização de um curso de brigadista voluntário pela Polícia Legislativa Federal e pela brigada de incêndio da Câmara dos Deputados. Enfatizou a importância dessa formação específica para lidar com catástrofes, incidentes e incêndios, e encorajou tanto Deputados Federais quanto o corpo técnico a participarem. Ressaltou a relevância do treinamento técnico e emocional para garantir a segurança de todos na Câmara.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado expressou a grave situação enfrentada pelo Rio Grande do Sul devido às enchentes devastadoras. Descreveu a catástrofe, com cidades submersas, pessoas desabrigadas e crianças famintas, como uma das piores já vistas na região. Destacou a solidariedade recebida de todo o Brasil, mencionando casos emblemáticos como o do cavalo Caramelo, que resistiu em um telhado. Enfatizou que, apesar das adversidades, os gaúchos estão determinados a superar a tragédia com resiliência.

**Eduardo Bolsonaro (PL - SP)** - O Deputado criticou a resposta do Governo Federal e do STF às enchentes no Rio Grande do Sul, comparando-a à atuação durante a gestão de Jair Bolsonaro. Acusou o STF de inação e o Governo Lula de falta de medidas concretas, ressaltando que na administração anterior os recursos chegavam a todas as Prefeituras, independentemente de partido. Denunciou o Projeto de Lei nº 2.630, de 2020, que chamou de "PL da Censura", e o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que, aumentará custos e reduzirá a monetização de criadores de conteúdo em plataformas digitais. Criticou a ANCINE e alegou que a Globo será privilegiada com isenções fiscais. Conclamou a pressão popular contra essas propostas e chamou a atenção para a necessidade de ações efetivas para ajudar os gaúchos.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado anunciou que a Comissão de Segurança Pública, atendendo a seu pedido, destinou uma emenda de 1 milhão de reais para ajudar a população do Rio Grande do Sul, afetada por enchentes. Explicou que os recursos serão usados para adquirir quatro caminhonetes e um caminhão, e afirmou que discutirá a viabilização dessa ajuda com os Deputados Lorenzini Zucco e Ubiratan Sanderson, ambos do Rio Grande do Sul.

**Alencar Santana (PT - SP)** - O Deputado criticou o ex-Presidente Bolsonaro, comparando sua atuação durante a pandemia da COVID-19 e outras crises com a do atual Presidente Lula. Elogiou Lula por sua resposta rápida e contínua às enchentes no Rio Grande do Sul, destacando as visitas ao Estado e as medidas de apoio enviadas ao Parlamento para ajudar na reconstrução e no auxílio financeiro às famílias afetadas. Condenou a propagação de mentiras que atrapalham os esforços de resgate e assistência. Abordou a situação em Guarulhos (SP), criticando o Prefeito Guti Costa e o Governador Tarcísio de Freitas pela tentativa de privatizar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

a SABESP, uma empresa lucrativa de fornecimento de água. Argumentou que a privatização resultaria em aumento de tarifas e pediu que a Câmara Municipal rejeitasse o projeto.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado expressou sua tristeza pelo falecimento da Deputada Amália Barros, destacando que foi um dia triste para o Plenário da Câmara dos Deputados e para o Congresso Nacional. Amália Barros, enterrada em Mogi Mirim, São Paulo, era uma pessoa batalhadora e guerreira, especialmente dedicada às causas das pessoas com deficiência, apesar de suas próprias limitações físicas. Ressaltou a alegria e seriedade com que Amália desempenhava seu papel no Parlamento e deixou suas condolências, afirmando que a perda é irreparável para a bancada do PL e para todos os colegas Parlamentares.

**Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP)** - O Deputado criticou o PSOL por denunciar suas supostas fake news à PGR, afirmando que se sente orgulhoso de ser perseguido. Definiu fake news como qualquer informação que o Governo não quer que seja divulgada. Mencionou dois casos específicos: a proibição de uma clínica pela ANVISA e críticas à Ministra Simone Tebet, alegando que ambas as informações são verídicas. Acusou o Governo de tentar silenciar críticas de maneira ditatorial e anunciou que os denunciadores enfrentarão acusações de abuso de autoridade e denúncia caluniosa.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado afirmou que o Rio Grande do Sul enfrenta a maior tragédia climática de sua história e criticou o Governo Federal por supostamente enganar a população sobre o auxílio financeiro. Disse que, embora o Presidente Lula tenha anunciado o envio de 50 bilhões de reais ao Estado, grande parte desse valor é para financiamento, adiantamento do Bolsa Família e salários, não uma doação direta. Destacou que, apesar da promessa de 1 bilhão de reais em setembro, apenas 970 mil reais foram efetivamente enviados. Pediu respeito pelas vítimas e condenou qualquer tentativa de aproveitamento político da situação.

**Ana Paula Lima (PT - SC)** - A Deputada destacou a grave tragédia no Rio Grande do Sul e elogiou a resposta do Governo Federal, liderado pelo Presidente Lula, que tem sido ativo no atendimento às vítimas. Explicou que as ações da Defesa Civil incluem três etapas: atendimento humanitário imediato, reabilitação dos Municípios e reconstrução. Enfatizou a presença de forças federais, como o SUS, o Exército, a Aeronáutica e a Marinha, que estão prestando socorro. Criticou a disseminação de mentiras e fake news por alguns Parlamentares durante essa crise humanitária e lembrou a postura negligente do ex-Presidente Bolsonaro durante crises similares, inclusive a pandemia. Pediu união e solidariedade para ajudar os afetados pela tragédia e ressaltou a importância de ações coletivas em momentos de dificuldade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Zé Trovão (PL - SC)** - O Deputado criticou a gestão do Governo Lula em resposta à tragédia no Rio Grande do Sul, argumentando que as ações do ex-Presidente Bolsonaro durante a tragédia na Bahia foram mais eficazes. Afirmou que os recursos prometidos por Lula são, na verdade, endividamentos, citando um empréstimo de mais de 5 bilhões de reais do Banco dos BRICS, e acusou o Governo de não ter um plano de reestruturação para as indústrias afetadas. Desqualificou as medidas federais, mencionando a chegada tardia da Força Nacional e minimizando a presença das Forças Armadas. Ressaltou que a verdadeira ajuda vem do próprio povo, incluindo voluntários de Joinville (SC) e de todo o Brasil, e criticou a burocracia do Governo Federal.

**Ana Paula Lima (PT - SC)** - A Deputada homenageou os profissionais de enfermagem pela Semana da Enfermagem, reconhecendo seu papel essencial durante a pandemia de COVID-19, que ocorreu sob uma Gestão que, resultou em mais de 700 mil mortes. Destacou a importância de salvar vidas no atual momento e reafirmou que o Governo do Presidente Lula está ativamente presente e apoiando as ações de socorro no Rio Grande do Sul, apesar das mentiras que têm sido propagadas.

**Welter (PT - PR)** - O Deputado destacou a atuação do Governo Federal frente à calamidade no Rio Grande do Sul. O Presidente Lula tem mantido diálogo constante com autoridades estaduais e municipais, mobilizando mais de 20 mil pessoas, incluindo Forças Armadas, para salvar vidas e restaurar serviços essenciais. Foram disponibilizados equipamentos e recursos, como viaturas, embarcações, geradores e o maior navio de tratamento de água da América Latina. Medidas provisórias, como a Medida Provisória nº 1.216, de 2024, que autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica a mutuários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do disposto no Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020; autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica para constituição de escritórios de projetos; estabelece normas para facilitação de acesso a crédito, tendo em vista os efeitos negativos decorrentes de desastres naturais, visando apoiar empresas e agropecuária. A solidariedade nacional e o esforço conjunto do Governo e voluntários têm sido fundamentais para a recuperação do Estado. Reforçou o compromisso do Presidente Lula em superar a crise e promover a credibilidade internacional do Brasil.

**Geraldo Resende (PSDB - MS)** - O Deputado expressou satisfação em prestar contas ao Mato Grosso do Sul durante seu sexto mandato. Ressaltou seu compromisso com o terceiro setor, destacando o envio de mais de 30 milhões em recursos para associações como APAEs, autismo, e paralisia cerebral. Recentemente, inaugurou uma estrutura para autistas em Dourados (MS) e está destinando recursos para uma sede similar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

em Campo Grande (MS). Anunciou a construção do primeiro hospital para crianças e adolescentes com deficiência no Estado, em parceria com a APAE de Campo Grande (MS), somando 14 milhões em recursos. Criticou o debate raso na Câmara e apelou por discussões mais construtivas.

**Carlos Zarattini (PT - SP)** - O Deputado abordou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que Autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, suspendendo a dívida de 12 bilhões de reais do Rio Grande do Sul e seus 11 bilhões de reais em juros. Essa medida do Presidente Lula visa liberar recursos para a população afetada por um desastre natural no Estado. Destacou o empenho do Governo Federal, com a presença das Forças Armadas e diversas forças de segurança, na recuperação de infraestrutura e assistência social. Enfatizou que a antecipação do Bolsa Família e outros benefícios são essenciais para a sobrevivência dos mais pobres e que as empresas gaúchas receberão apoio para retomar suas atividades.

**Gustavo Gayer (PL - GO)** - O Deputado criticou o Governo por seu manejo do desastre no Rio Grande do Sul e pela suposta perseguição a críticos. Denunciou a tentativa de aprovação do "PL das *Fake News*", Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD), em uma versão fragmentada e piorada, que conferiria superpoderes à ANCINE para controlar conteúdo nas redes sociais e beneficiaria financeiramente a Rede Globo. A proposta prevê taxar todas as plataformas de streaming, exceto a Globoplay, e direcionar parte do dinheiro arrecadado para a Rede Globo. Alertou sobre a vigilância da população e a importância de os Deputados votarem conforme os interesses de seus eleitores.

**Ivan Valente (PSOL - SP)** - O Deputado abordou a tragédia no Rio Grande do Sul e criticou a desinformação e as *fake news* disseminadas durante o desastre. Destacou a importância da ajuda estatal e a solidariedade nacional, condenando aqueles que espalham mentiras para ganhar popularidade e causar pânico. Citou exemplos de falsas alegações sobre a atuação do governo e defendeu a necessidade de regulamentar as redes sociais e o poder das *big techs* para evitar a viralização de desinformação. Concluiu reafirmando o compromisso com a verdade e a solidariedade ao povo gaúcho.

**Pedro Aihara (PRD - MG)** - O Deputado relatou sua visita ao Rio Grande do Sul, destacando a gravidade da situação além do que é mostrado pela mídia. Mencionou a trágica morte da bebê Agnes durante um resgate e prestou solidariedade às famílias afetadas. Elogiou o trabalho das Forças Armadas e dos corpos de bombeiros, especialmente os do Rio Grande do Sul, que mesmo impactados pessoalmente pelas enchentes, continuam a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

atuar incansavelmente. Criticou a falta de investimento em prevenção de desastres e defendeu melhorar o sistema de alerta e prevenção no Brasil.

**Fernanda Melchionna (PSOL - RS)** - A Deputada destacou a grave situação no Rio Grande do Sul, onde 450 dos 497 Municípios foram afetados por uma emergência climática, com cidades submersas e 600 mil pessoas deslocadas. Enfatizou a necessidade urgente de um auxílio emergencial e elogiou a suspensão do pagamento da dívida do Estado por três anos, anunciada pelo Governo Lula. Defendeu ainda o pagamento de um voucher de R\$ 5 mil e a criação de um auxílio-calamidade de um salário mínimo por um ano para as famílias que perderam tudo. Movimentos sociais propuseram estender esse auxílio por dois anos para garantir a reconstrução.

**Messias Donato (REPUBLICANOS - ES)** - O Deputado registrou a presença do Deputado Estadual Alcântara Filho, do Espírito Santo, no Congresso Nacional. Destacou que Alcântara Filho defendeu pautas semelhantes às defendidas no Congresso, como a defesa da vida, da família, dos valores cristãos, da liberdade econômica e religiosa. Ressaltou também a dedicação do Deputado à proteção da primeira infância e sua atuação em defesa da propriedade privada, combatendo o MST. Deu as boas-vindas ao colega e reafirmou o apoio às suas causas no Congresso.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Presidente Lula por priorizar a taxação das redes sociais e dos serviços de streaming para beneficiar a Rede Globo, enquanto o Rio Grande do Sul enfrenta uma grave crise. Silva afirmou que, em vez de ajudar significativamente o Estado, o Governo destinou apenas 16 milhões de reais para socorrer 69 cidades afetadas. Acusou ainda o Governo de disseminar falsas informações sobre os parlamentares e pediu à população que se mobilizasse contra o que chamou de "PL da censura 2.0", Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD), o qual visa prejudicar o povo brasileiro e favorecer a Rede Globo.

**Junio Amaral (PL - MG)** - O Deputado alertou sobre a possível votação do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD), propondo a taxação das redes sociais e plataformas de streaming, isentando as plataformas da Globo. Criticou o Governo Federal por, em meio à calamidade no Rio Grande do Sul, focar em um projeto que considera escandaloso e prejudicial ao povo brasileiro. A taxação beneficiaria iniciativas da esquerda e importaria conteúdo nas plataformas digitais, limitando a liberdade dos usuários. Apelou ao público para que se manifeste contra o projeto e sublinhou a necessidade de ações de socorro ao Estado gaúcho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Geovania de Sá (PSDB - SC)** - A Deputada agradeceu ao Deputado Pompeo de Mattos e ao Deputado Heitor Schuch por concederem-lhe a palavra. Destacou a presença do Deputado Estadual Vicente Caropreso de Santa Catarina, elogiando sua representatividade exemplar ao longo de vários mandatos. Além disso, mencionou a presença do Dr. Marcelo Reis, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, buscando melhorias para a saúde dos catarinenses e de todos os brasileiros.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado agradeceu ao Deputado Pompeo de Mattos e destacou sua atuação como Relator na Comissão de Prevenção de Desastres. Expressou solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul e direcionou atenção aos Municípios de Viana e Muniz Freire, no Espírito Santo. Anunciou a ampliação do número de professores no IFES de Viana (ES) e a construção de um novo IFES, em Muniz Freire (ES). Destacou o papel dessas iniciativas na promoção do turismo na região do Caparaó (ES).

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado criticou a possível votação do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD), tentativa do Governo de controlar as plataformas de streaming e taxar serviços como Netflix e Youtube, excluindo a Globoplay. Questionou por que a Globo não seria taxada, sugerindo favorecimento. Expressou preocupação com a liberdade de expressão e instou a Casa a tomar posição, questionando se está ao lado do povo ou da Globo.

**Carol Dartora (PT - PR)** - A Deputada destacou a urgência de projetos para lidar com emergências climáticas, enfatizando a necessidade de ações para reduzir danos ambientais e adaptar-se às mudanças climáticas. Criticou a apresentação de projetos que ignoram tais questões e defendeu medidas para conservar o meio ambiente. Apoiou propostas como a PEC do Clima, Proposta de Emenda Constitucional n 37, de 2021, que insere a questão climática no texto constitucional como um Direito Fundamental, e o Projeto de Lei nº 6.969, de 2013, que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar). Expressou solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul diante da catástrofe e reconheceu o apoio do Paraná ao Estado vizinho.

**Ivan Valente (PSOL - SP)** - O Deputado denunciou o cancelamento de contratos coletivos de crianças autistas e com doenças raras por parte da Amil e da Unimed, alegando desequilíbrio externo. Criticou a inação da ANS e destacou a lucratividade das grandes empresas de saúde, ressaltando sua isenção de impostos. Anunciou a intenção de ingressar com uma ação judicial coletiva contra essa prática, incluindo a Qualicorp. Apresentou depoimentos de pais afetados e condenou a transformação da saúde em mercadoria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Heitor Schuch (PSB - RS)** - O Deputado expressou sua tristeza e vergonha diante das manifestações de alguns colegas no plenário, pedindo que eles vissem a situação real das famílias no Rio Grande do Sul após as enchentes. Enfatizou a importância da solidariedade nacional e agradeceu às doações e ao envio de profissionais para ajudar a região. Reconheceu o trabalho das Forças Armadas, do Governo Estadual, das Prefeituras, das igrejas, escolas, empresários e voluntários. Apesar da devastação, afirmou que o Estado se reerguerá com base no trabalho e agradeceu a todos que contribuíram para os esforços de socorro e reconstrução.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado destacou a crise climática no Rio Grande do Sul, com suas consequências trágicas, mas ressaltou a solidariedade nacional e internacional em meio à tragédia. Anunciou a renegociação da dívida do Estado com a União, destacando que não será repassado nenhum valor nos próximos 3 anos, representando uma economia de cerca de 11 bilhões de reais. Além disso, mencionou a retirada dos juros da dívida, resultando em outros 12 bilhões de reais. Essa renegociação permitirá direcionar recursos para a reconstrução do Estado. Também ressaltou a importância da coordenação federal nas atividades de socorro e agradeceu ao BRICS pelo crédito de 5,7 bilhões de reais disponibilizado para o Estado.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada destacou a generosidade do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo (RJ), que doou três carretas de moda íntima para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, representando um total de 270 mil reais em doações. Também mencionou o esforço da Associação Comercial local, que disponibilizou gôndolas nos mercados com produtos gaúchos para apoiar a economia do Estado. Enfatizou a importância dessas iniciativas em um momento tão difícil e agradeceu ao apoio recebido.

**Luiz Carlos Hauly (PODE - PR)** - O Deputado expressou sua preocupação com o processo de inscrição para falar durante as sessões, destacando que muitos parlamentares enfrentam dificuldades para serem chamados. Enfatizou a necessidade de uma revisão no sistema de inscrição, sugerindo que aqueles que já falaram em sessões anteriores devem aguardar a vez dos que ainda não tiveram a oportunidade de se pronunciar. Ressaltou a importância de garantir igualdade e eficiência no exercício do mandato parlamentar, pedindo ação da Mesa Diretora para resolver essa questão.

**Alceu Moreira (MDB - RS)** - O Deputado expressou sua gratidão pelo apoio recebido em meio à tragédia enfrentada pelo Rio Grande do Sul. Destacou a importância de uma regulação específica para permitir que os recursos cheguem rapidamente às áreas afetadas, ressaltando a urgência de soluções eficazes para a reconstrução do Estado. Enfatizou as dificuldades enfrentadas pelas empresas e pela população, pedindo um financiamento adequado para viabilizar a recuperação. Além disso, criticou aqueles que tentam atribuir a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

culpa da catástrofe a questões ambientais, classificando tais acusações como covardes e mal-intencionadas. oncluiu seu discurso reforçando seu compromisso em buscar soluções para ajudar o Rio Grande do Sul.

**Valmir Assunção (PT - BA)** - O Deputado expressou sua preocupação com o Projeto de Lei nº 709, de 2023, que dispõe sobre impedimentos aplicados aos ocupantes e invasores de propriedades em todo território nacional, propondo a criminalização dos movimentos que lutam pela reforma agrária. Argumentou que aprovar esse projeto seria negar a cidadania dessas pessoas, destacando que a luta pela reforma agrária é um direito garantido pela Constituição Federal. Criticou os parlamentares ligados ao agronegócio, acusando-os de proteger grileiros enquanto tentam criminalizar e perseguir os trabalhadores rurais. No entanto, expressou confiança de que a Casa não aprovaria essa medida.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado repudiou as ações judiciais da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Deputados Federais, que exerceram legitimamente seu direito de criticar o Governo Federal pela omissão em relação às enchentes no Rio Grande do Sul. Além disso, ressaltou que os civis estão ajudando mais a população que o próprio Estado e que os caminhões com donativos aos gaúchos foram multados, contestando a acusação do Ministro de Estado de que Parlamentares estariam criando notícias falsas (*fake news*).

**Dandara (PT - MG)** - A Deputada repudiou as notícias falsas (*fake news*) disseminadas sobre as enchentes no Rio Grande do Sul, defendendo as ações do Governo Federal tais como a liberação de mais de 50 bilhões para o Estado gaúcho e a suspensão do pagamento da dívida estadual com a União. Além disso, contestou a falsa informação de que haveria desabastecimento de alimentos, destacando que o Governo Lula importou 1 bilhão de toneladas de arroz. Por último, sustentou que é necessário tratar das causas e do impacto da mudança climática, aprovando leis que protejam a sociobiodiversidade.

**Luiz Lima (PL - RJ)** - O Deputado criticou o Governo Federal, defendendo que sua prioridade deveria ser ajudar a população do Rio Grande do Sul atingida pelas enchentes, comparando as ações do Governo Lula com os gastos dos Estados Unidos para recuperar a cidade de Nova Orleans, destruída pelo furacão Katrina. Além disso, repudiou o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD), destacando que a proposição visa taxar os serviços de "*streaming*" de modo a beneficiar canal de televisão e emissoras favoráveis ao Governo. Por último, defendeu a criação de um fundo especial para grandes desastres.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado alertou para a dimensão do desastre ambiental no Rio Grande do Sul, destacando que 2 milhões de habitantes foram afetados e que há 550 mil pessoas desabrigadas. Além disso, destacou as ações dos Governos Municipais, Estadual e Federal, além da contribuição e solidariedade dos voluntários. Adicionalmente, sugeriu várias medidas a serem adotadas pelo Governo Federal tais como aluguel social, abono emergencial para os gaúchos, entre outras. Por último, defendeu que o Governo Federal anistie a dívida do Rio Grande do Sul com a União, ao invés de suspender o seu pagamento por três anos, de modo que os recursos sejam utilizados para a reconstrução do Estado.

**Pedro Westphalen (PP - RS)** - O Deputado lamentou a destruição das cidades atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul bem como o colapso do sistema de saúde estadual, agradecendo a ajuda material enviada pelo Parlamento, pelas bancadas e toda a solidariedade direcionada ao povo gaúcho. Além disso, defendeu a aprovação de duas proposições de sua autoria para socorrer a saúde pública do Estado: o Projeto de Lei nº 1.631, de 2024, que visa prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado do Rio Grande do Sul, e o Projeto de Lei nº 1.813, de 2024, que dispõe sobre pagamento adicional extraordinário para sustentabilidade dos hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

**Padovani (UNIÃO - PR)** - O Deputado agradeceu a solidariedade de todo o povo brasileiro para socorrer o Rio Grande do Sul diante das inundações sofridas pelo Estado, destacando a doação de proteína animal enviada por cooperativas do Estado do Paraná. Ademais, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 6.173, de 2023, de sua autoria, que inclui automaticamente os Municípios em situação de emergência ou calamidade pública entre beneficiários da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN para fortalecimento das ações de defesa civil e combate às calamidades.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado repudiou o Governo Federal por apoiar a censura ao invés de se dedicar a socorrer o Rio Grande do Sul diante das inundações que atingiram o Estado. Manifestou-se contrariamente ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAVD), destacando que a proposição busca taxar os serviços de "*streaming*" e as redes sociais para beneficiar a Rede Globo de Televisão e financiar projetos promotores da ideologia de gênero. Por último, defendeu que os partidos conservadores, cristãos e eventuais candidatos à Presidência da Câmara dos Deputados votem contrariamente à proposição que censura as redes sociais e viola a liberdade de expressão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado elogiou o apoio das instituições, especialmente do Presidente da República, do Presidente da Câmara dos Deputados e do Presidente do Senado Federal, ao Estado do Rio Grande do Sul, atingido por inundações. Elogiou ainda diversas medidas do Governo Federal para socorrer o Rio Grande do Sul tais como antecipação de abono salarial, duas parcelas adicionais do seguro-desemprego e crédito em torno de 74 bilhões ao Estado, entre outras. Ressaltou especialmente a votação do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a suspender o pagamento da dívida pública do Rio Grande do Sul por 36 meses, sem cobrança de juros sobre o estoque da dívida. Agradeceu a solidariedade e apoio dos voluntários e ressaltou a atuação fundamental do Estado brasileiro para salvar o Rio Grande do Sul, contestando as notícias falsas (*fake news*) disseminadas. Por último, anunciou sua intenção de apresentar Projeto de Lei Complementar para estabelecer programa de prevenção de desastres naturais e mitigação das mudanças climáticas, retirando os investimentos das limitações das regras fiscais.

**Delegada Ione (AVANTE - MG)** - A Deputada discursou sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Explicou que a origem da data decorre do sequestro, estupro e assassinato da menina Araceli, no dia 18 de maio de 1973, em Vitória (ES), permanecendo o crime impune até o momento. Alertou sobre os dados alarmantes a respeito de violência sexual e abuso de crianças e adolescentes, ressaltando que a cada 24 horas, 320 crianças são vítimas de exploração sexual no Brasil. Salientou sua experiência como Delegada de Polícia em Juiz de Fora (MG) e seu papel como Presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento da Pedofilia. Por fim, reforçou a necessidade de punição dos criminosos e a importância de políticas públicas para a prevenção contra qualquer forma de agressão a crianças e adolescentes.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado recriminou o Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, por sua preocupação com a disseminação de críticas fundadas ao Governo Federal. Além disso, censurou o Governo Federal por agir tardiamente em relação às inundações no Rio Grande do Sul e pela criação de notícias falsas (*fake news*), sustentadas pela Rede Globo, de que o ex-Presidente Bolsonaro não teria ajudado a Bahia a respeito de enchentes ocorridas durante o seu mandato. Por último, defendeu a liberdade de expressão nas redes sociais digitais.

**Dr Flávio (PL - RJ)** - O Deputado repudiou a ação de grupos petistas durante feira cultural, na cidade de Paracambi (RJ), que impediu a Prefeita Lucimar de proferir discurso em homenagem ao Dia das Mães. Ademais, pediu providências às autoridades competentes para reprimir o ataque de militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) contra mulheres pré-candidatas à Prefeitura do Município, investigando inclusive crimes cibernéticos. Além disso, lembrou que Paracambi (RJ) passou por um grande desastre ambiental similar ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

ocorrido no Rio Grande do Sul. Por último, solicitou ao Presidente da República que, ao enviar recursos públicos aos Municípios atingidos por catástrofes, permita que os Prefeitos destinem as verbas conforme as necessidades da gestão municipal.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado defendeu o respeito aos idosos e solicitou apoio político para a aprovação do Projeto de Lei nº 1.741, de 2024, de sua autoria, que cria para o ano de 2024, um abono anual (14º salário) no valor de um salário mínimo, em favor dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social residentes no Rio Grande do Sul, em decorrência da calamidade pública.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado prestou solidariedade à bancada do Rio Grande do Sul. Além disso, criticou o Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República por ameaçar Parlamentares. Ademais, censurou o Presidente da República por não ajudar o Rio Grande do Sul, diante da catástrofe climática que atingiu o Estado, e por propagar notícias falsas (*fake news*) juntamente com a Rede Globo de Televisão. Adicionalmente, defendeu o livre mercado e recriminou a taxação de compras internacionais inserida no Projeto de Lei nº 914, de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação - Programa Mover. Por fim, repudiou o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAVD) e dá outras providências, tendo em vista que a proposição favorece diretamente a Rede Globo de Televisão.

**Zé Neto (PT - BA)** - O Deputado defendeu a união do Parlamento e do Poder Executivo para ajudar o Rio Grande do Sul, diante da catástrofe climática que atingiu o Estado, destacando as ações do Governo Federal, como o auxílio de 5 mil reais por família, e criticando a disseminação de notícias falsas (*fake news*).

**José Nelto (PP - GO)** - O Deputado alertou para o despreparo dos Governos Federal, Estaduais e Municipais para lidar com os desastres ambientais decorrentes das mudanças climáticas, lembrando as ondas de calor e a seca no Amazonas bem como outras calamidades ambientais em todo o País. Além disso, solicitou apoio político dos demais Parlamentares para uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) visando à criação de um fundo soberano constitucional, a fim de financiar ações preventivas contra desastres ambientais, citando o exemplo do fundo soberano chileno. Por fim, agradeceu a solidariedade do povo brasileiro em relação aos gaúchos e criticou a disseminação de notícias falsas (*fake news*).

**Capitão Alden (PL - BA)** - O Deputado defendeu a manutenção do Veto Parcial nº 46, de 2021, apostado ao Projeto de Lei nº 2.462, de 1991, que acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Sustentou que o veto do ex-Presidente Bolsonaro ao artigo 359-O visou preservar o direito à liberdade de expressão, impedindo a criminalização da divulgação de notícias inverídicas por aplicativos de mensagem, capazes de comprometer o processo eleitoral. Por fim, criticou o Governo Federal, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) por tentarem implantar a censura no Brasil e ressaltou o aumento da impopularidade do Governo Lula.

**Dr. Jaziel (PL - CE)** - O Deputado expressou sua preocupação com o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que propõe a taxação de plataformas de *streaming*, como a Netflix, destinando 4% do faturamento bruto dessas empresas ao Governo. Argumentou que esse projeto beneficia a Rede Globo e busca controlar o conteúdo disponível para os espectadores, além de sobrecarregar financeiramente os consumidores. Enfatizou a importância de rejeitar essa proposta, pois ela prejudica a liberdade de escolha e favorece apenas uma empresa em detrimento das concorrentes.

**Vicentinho (PT - SP)** - O Deputado expressou solidariedade à população do Rio Grande do Sul em decorrência das enchentes e elogiou as ações do Presidente Lula em resposta à crise. Destacou a importância de políticas para garantir empregos e apoiar as empresas. Homenageou os trabalhadores dos Correios por seu papel durante a crise, enfatizando sua dedicação e importância social. Por fim, mencionou um evento sindical em Ribeirão Preto (SP), onde os trabalhadores dos Correios foram homenageados, reiterando seu apoio à empresa e aos seus funcionários.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado compartilhou a gravidade da situação no Rio Grande do Sul devido às enchentes. Mencionou um comunicado da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) indicando que 91% das indústrias do Estado estão inundadas. Informou sobre a inoperância do aeroporto. Expressou confiança de que a região conseguirá superar essa adversidade.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada expressou solidariedade à Deputada Amália e ao povo do Rio Grande do Sul, criticando Parlamentares que priorizam interesses políticos pessoais em meio à tragédia. Destacou as ações do Exército e do Governo para lidar com a enchente, enfatizando a importância de enfrentar o negacionismo climático e proteger o meio ambiente.

**Mauricio Marcon (PODE - RS)** - O Deputado contestou afirmação da Deputada Erika Kokay sobre a dívida do Rio Grande do Sul com a União e citou a correção monetária. Defendeu que recursos financeiros entrem nos cofres do Estado para enfrentar a crise provocada pelas enchentes, ressaltando a gravidade da situação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada destacou a economia do Rio Grande do Sul e o cálculo da dívida com a União. Rejeitou a propagação de mentiras e mencionou o trabalho realizado pelo Governo Federal, incluindo iniciativas para apoiar mulheres vítimas de violência em meio às enchentes no Estado.

**Duarte Gonçalves Jr (REPUBLICANOS - MG)** - O Deputado defendeu a priorização das empresas locais de Mariana (MG) e Ouro Preto (MG) em contratos de prestação de serviços na região, expressando sua preocupação com a preferência por empresas de fora. Criticou casos em que empresas como a Andrade Gutierrez não valorizam os negócios locais, prejudicando a economia regional. Pediu aos Prefeitos locais que adotem medidas para apoiar as empresas da região e expressou uma moção de repúdio à Andrade Gutierrez por sua escolha.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado fez um registro sobre sua visita ao Município de Mucurici (ES), elogiando o trabalho do Prefeito Atanael. Destacou o desenvolvimento da cidade e a atuação do Prefeito em melhorar a qualidade de vida dos moradores, ressaltando equipamentos públicos que beneficiam a população.

**Capitão Alden (PL - BA)** - O Deputado criticou a Esquerda e a eficiência do Estado, exemplificando com situações do Rio Grande do Norte. Apontou a demora na construção de um desvio prometido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em uma rodovia e o atraso no pagamento de diárias aos policiais envolvidos na operação de recaptura de criminosos que fugiram de um presídio federal em Mossoró (RN). Acusou o Governo do PT de arrecadar impostos sem oferecer retorno adequado à população.

**Alfredinho (PT - SP)** - O Deputado destacou a solidariedade em relação ao Rio Grande do Sul, citando iniciativas como a arrecadação de mantimentos pelos metalúrgicos do ABC e a mobilização das comunidades. Criticou os discursos de alguns Deputados que, segundo ele, propagam mentiras sobre a ajuda do Governo Federal ao Estado gaúcho. Ressaltou a importância da atuação do Governo, mencionando reuniões lideradas pelo Presidente Lula e a destinação de recursos e estrutura para auxiliar na crise provocada pelas enchentes. Por fim, enfatizou a necessidade de punir aqueles que disseminam mentiras nas redes sociais, destacando a importância da verdade diante da situação crítica enfrentada pelo Rio Grande do Sul.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado expressou preocupação com a situação do Rio Grande do Sul e fez uma crítica à gestão política da crise provocada pelas enchentes no Estado. Mencionou uma frase do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

jornalista Alexandre Garcia sobre a dificuldade política em resolver problemas, comparando-a com a situação no Rio Grande do Sul.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado expressou solidariedade à população gaúcha em meio às enchentes enfrentadas pelo Rio Grande do Sul. Criticou a postura de alguns Parlamentares que, segundo ele, optam por ignorar as ações do Governo Federal no Estado em prol de interesses políticos pessoais. Mencionou a visita do Presidente Lula e de outras autoridades ao Rio Grande do Sul e enfatizou os esforços do Governo para mitigar o sofrimento da população local. Criticou a disseminação de falsidades por parte de alguns políticos e defendeu os esforços do Governo Lula em ajudar o Estado.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Parlamentar pediu um minuto de silêncio em memória da Deputada Amália Barros, destacando sua dedicação à causa da inclusão. Agradeceu ao Presidente da Câmara dos Deputados e à bancada feminina pelo apoio durante esse momento difícil.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado manifestou solidariedade ao Presidente da Casa, Arthur Lira, que apesar de seu comportamento respeitoso em relação ao Governo e à oposição na Câmara, não teria sido bem recebido em evento público em Alagoas.

## ORDEM DO DIA

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD). Em seguida, defendeu o cancelamento ou anistia da dívida do Rio Grande do Sul como uma medida necessária neste momento de crise provocada pelas enchentes no Estado.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD). Em seguida, defendeu a votação do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que trata da suspensão do pagamento da dívida do Rio Grande do Sul.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Jilmar Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Também esclareceu que é falsa a informação de que ele apoia o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017. Afirmou que, apesar dos avanços da Frente Evangélica, o projeto não está suficientemente desenvolvido para ser votado no momento.

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Capitão Alberto Neto (PL - AM)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Também afirmou que o PL está em obstrução devido à inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 8.889, 2017, que beneficia a Rede Globo, e especialmente o *streaming* Globoplay. Ele classificou o relatório da matéria como absurdo e anunciou que seu partido obstruirá todas as votações, exceto a que beneficia o Rio Grande do Sul.

**Jilmar Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Além disso, afirmou que a obstrução das votações pelo PL está prejudicando o Estado do Rio Grande do Sul, pois impede a votação do projeto relativo à suspensão da dívida do Estado.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Também contestou a alegação do Governo de que a Oposição, ao pedir o adiamento da votação, está prejudicando o Rio Grande do Sul.

**Eduardo Bolsonaro (PL - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Além disso, respondeu às críticas do Governo, afirmando que o Governo Bolsonaro não demoraria 15 dias para adotar medidas concretas nem 4 dias para enviar a Força Nacional em uma situação de calamidade como a enfrentada pelo Rio Grande do Sul. Ele mencionou estar sob investigação devido a um ofício enviado pelo Deputado Paulo Pimenta ao Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, posteriormente enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), por compartilhar uma matéria da *Folha de S.Paulo*. Ao encerrar, criticou as medidas do Governo Federal para socorrer o Estado do Rio Grande do Sul.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Ressaltou a necessidade de focar totalmente na situação do Rio Grande do Sul. Criticou as acusações feitas por um membro do Partido dos Trabalhadores de que a Oposição estaria obstruindo a pauta, afirmando que isso é *fake news*. Ressaltou que o Governo Lula poderia retirar a urgência constitucional do projeto para facilitar o andamento das votações.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Argumentou que a votação do projeto sobre a dívida do Rio Grande do Sul é prioritária. Destacou que o congelamento de 36 meses representaria 11 bilhões de reais,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

e o não pagamento de juros, 12 bilhões, totalizando 23 bilhões de reais em benefícios. Mencionou medidas provisórias do Governo que já liberaram 51 bilhões e um crédito extraordinário de 12 bilhões. Ao encerrar, ressaltou a importância da atuação conjunta entre Governo Federal, Poder Legislativo, Estados e Prefeituras.

**André Figueiredo (PDT - CE)** - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, afirmando que muitas críticas feitas ao projeto são baseadas em desinformação. Ele esclareceu que o projeto visa o desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira, regulamentando as plataformas de *streaming* para incluir mais conteúdo nacional, similar à diretiva da União Europeia de 2018. Reiterou que o projeto foi amplamente discutido com vários setores, incluindo a radiodifusão e provedores de *streaming*. Colocou-se à disposição para discutir e incorporar sugestões dos Parlamentares, enfatizando a importância de valorizar a cultura brasileira. Por fim, pediu a retirada do projeto da pauta do dia para evitar obstruções.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Bandeira de Mello (PSB - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada manifestou sua preocupação com a situação no Rio Grande do Sul, destacando que a tragédia deve ser a prioridade absoluta do Parlamento. Ela criticou a inclusão de outros assuntos na pauta, acusando o Governo de negligenciar a crise no Rio Grande do Sul e de tentar aprovar projetos controversos, como o relatado pelo Deputado André Figueiredo, que, segundo ela, beneficiaria a Rede Globo e aumentaria impostos, além de promover censura. A Deputada defendeu que o PL deve obstruir essas pautas e enfatizou a necessidade de focar na assistência às vítimas da tragédia no Rio Grande do Sul.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Jilmar Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Bandeira de Mello (PSB - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Aliel Machado (PV - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

**Silvyne Alves (UNIÃO - GO)** - A Deputada manifestou-se indignada com o Deputado Gustavo Gayer, acusando-o de espalhar *fake news* ao afirmar que ela votou a favor de aumentar taxas sobre a Netflix. Ela esclareceu que essa acusação é falsa e destacou que o projeto mencionado era completamente diferente na época da votação. Enfatizou a importância de dizer a verdade e criticou Gustavo Gayer por gravar vídeos enganosos para sua comunidade. Pediu respeito pelo trabalho dos Parlamentares e reafirmou sua posição



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

contrária ao aumento de taxas, mencionando que, junto com outros colegas, gravou um vídeo para esclarecer esse ponto.

**Gustavo Gayer (PL - GO)** - O Deputado respondeu às acusações feitas pela Deputada Silvyne Alves, afirmando que ela foi aplaudida pelo PT, sugerindo uma aliança inapropriada. Ele reiterou que ela votou a favor da urgência do Projeto de Lei que, segundo ele, beneficiaria a Globo, e expressou que sua revolta se deve à divulgação dos votos dela. Gayer defendeu a transparência dos votos parlamentares e rejeitou os ataques pessoais, mencionando que ele já enfrenta críticas de Silvyne Alves em seu Estado de Goiás.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado encaminhou a votação do art. 9º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD).

**Jilmar Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 9º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD).

**Bandeira de Mello (PSB - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 9º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD).

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 9º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD).

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 9º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD).

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 9º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD). Criticou o Governo Lula durante sessão na Câmara, anunciando a demissão do presidente da Petrobras e afirmando que isso demonstra a falta de crédito e respeito do Governo. Solidarizou-se com o Presidente da Câmara, Arthur Lira, que foi vaiado em um evento com Lula. Destacou o que considera o sucateamento da Petrobras e o impacto no preço dos combustíveis.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 9º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD). Criticou a gestão anterior da Petrobras, mencionando que houve uma "herança maldita" deixada pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

Governo anterior. Lembrou que o Presidente anterior demitiu o presidente da Petrobras três vezes em um ano, resultando em instabilidade e altos preços dos combustíveis. Argumentou que demissões fazem parte da rotina e que o Presidente tem o poder de nomear ou demitir. Reforçou o apoio do Governo à atual gestão da Petrobras.

**Abilio Brunini (PL - MT)** - O Deputado prestou homenagem à Deputada Amália Barros, destacando sua trajetória como jornalista e ativista pelos direitos das pessoas monolares. Lembrou a luta de Amália pela aprovação da lei que reconhece essas pessoas como deficientes, ressaltando seu empenho e perseverança. Também mencionou a amizade dela com Michelle Bolsonaro, que a incentivou a entrar na política. A Deputada Amália, natural de Mogi Mirim (SP), teve uma despedida marcante na cidade. Propôs um minuto de silêncio com a mão no olho esquerdo e uma salva de palmas em sua memória, enfatizando a falta que ela fará no Parlamento e para todos que a conheceram.

**Jilmar Tatto (PT - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 85, 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, permitindo à União postergar o pagamento da dívida de entes federativos em calamidade pública por 36 meses. Destacou que a medida não beneficia apenas o Rio Grande do Sul, mas todos os Estados e Municípios afetados por calamidades. Ressaltou a importância da iniciativa para o investimento em infraestrutura e recuperação das áreas atingidas. Elogiou a resposta do Presidente Lula e do Governo Federal, destacando a união de diversas autoridades e a atuação de entidades como a Defesa Civil e a sociedade civil na ajuda ao Estado gaúcho. Também mencionou o envolvimento pessoal de Lula, que visitou a região duas vezes e anunciou novas medidas de apoio.

**Afonso Motta (PDT - RS)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 85, 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Elogiou a atuação da Câmara e do Presidente Lula na resposta à calamidade no Rio Grande do Sul. Destacou a aprovação do decreto de reconhecimento da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

calamidade e a votação do congelamento da dívida dos Estados afetados por 36 meses, beneficiando o Rio Grande do Sul com R\$ 23 bilhões. Defendeu o papel crucial do Estado na reconstrução de estradas, moradias e no apoio aos desempregados, criticando ataques ultraneoliberais e *fake news* sobre a resposta governamental. Mencionou a expectativa por um anúncio de Lula com novas medidas de apoio, incluindo possíveis auxílios financeiros para as vítimas.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 85, 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Criticou a resposta lenta e desorganizada do Governo Lula à tragédia no Rio Grande do Sul, destacando que, após 15 dias, apenas agora medidas relevantes estavam sendo aprovadas. Mencionou ameaças feitas pelo Ministro Pimenta a Parlamentares, descrevendo a situação como um "escárnio". Elogiou a atuação dos partidos de oposição, PL e Novo, na orientação correta de seus Parlamentares.

**Fernanda Melchionna (PSOL - RS)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Criticou duramente o Deputado Cabo Gilberto e a gestão do ex-Presidente Bolsonaro, citando episódios de insensibilidade durante tragédias e a pandemia de COVID-19. Destacou a gravidade da situação no Rio Grande do Sul, onde 450 dos 497 municípios foram atingidos, resultando em mais de 600 mil desalojados e 60 mil abrigados. Elogiou a suspensão da dívida e a anistia dos juros anunciadas pelo Governo Lula, mas defendeu o perdão total de uma dívida de R\$ 7 bilhões. Também criticou o regime de recuperação fiscal e as privatizações, afirmando que estas medidas agravaram a crise e dificultaram os esforços de resgate e mitigação.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Destacou que essa suspensão permitirá uma economia de R\$ 23 bilhões para o Tesouro gaúcho nos próximos três anos. Também ressaltou a resposta rápida e eficaz do Governo Lula, mencionando a transferência de recursos e a construção de casas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Além disso, o Governo destinou R\$ 12 bilhões para restaurar o metrô de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

Porto Alegre e R\$ 1,4 bilhão para rodovias federais, demonstrando um compromisso contínuo com a recuperação do Estado.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 85, 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Criticou a visão fiscalista ortodoxa e destacou a necessidade urgente de suspender o pagamento e os juros das dívidas do Estado. Pediu aos líderes agilidade na aprovação do projeto, lembrando que cada minuto de atraso poderia custar vidas. Elogiou a ação rápida do Governo Federal, Estadual e das Prefeituras no socorro ao Estado.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 85, 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Destacou a situação crítica do Rio Grande do Sul e agradeceu as manifestações de solidariedade de colegas de diversos partidos. Enfatizou a importância da união em prol do Estado e defendeu não apenas a suspensão do pagamento da dívida por três anos, mas a anistia total desse montante. Argumentou que, diante da destruição e das enormes necessidades financeiras do Rio Grande do Sul, a dívida, que chega a 100 bilhões de reais, deveria ser perdoadada. Pediu aos colegas parlamentares uma reflexão séria e serena sobre essa proposta, ressaltando que o Estado não pode ser duplamente penalizado.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Afonso Hamm (PP - RS)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Heitor Schuch (PSB - RS)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado pediu atenção dos líderes para o acordo em discussão, que previa a retirada de todos os destaques e a inclusão de um artigo suspendendo processos judiciais por três anos. No entanto, ao apresentar o texto para o Relator, Deputado Afonso Motta, inadmitir todas as emendas e incorporar a sugestão acordada, foi informado que o PL não aceitava mais o acordo.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado abordou a falta de consenso em torno do Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, em discussão, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública. Segundo ele, muitos Parlamentares, especialmente da bancada gaúcha, insistiram na anistia dos três anos, uma demanda legítima que ele não poderia contrariar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

Mencionou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como outro ponto de impasse, que, apesar de acordado previamente que seria retirada, foi mantida no relatório pelo Relator.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado reiterou a intenção de manter o pré-acordo e fez um apelo aos partidos União Brasil, PP e PSOL para retirarem os destaques ao Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, em discussão, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, visando avançar com o texto que deveria representar todos, mas que tem o apoio da maioria dos Líderes. Destacou que, mesmo sem a adesão completa, manteriam o pré-acordo para preservar a unidade entre os partidos favoráveis.

**Afonso Motta (PDT - RS)** - O Deputado anunciou que realizou alterações no texto do Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, em discussão, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública. No art. 2º, §§ 8º e 9º, a palavra "retirar" foi substituída por "suspensão dos procedimentos". Considerou inadequadas as propostas das emendas e dos destaques, alegando que não atendem aos pressupostos financeiros e orçamentários. Esta foi a complementação do seu parecer.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação do Recurso contra o parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de lei complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 8, de 2024, contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 8, de 2024, contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 8, de 2024, contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 8, de 2024, contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 8, de 2024, contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 8, de 2024, contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências. Além disso, defendeu o Presidente Lula diante do anúncio de 74 bilhões de reais disponibilizados para a reconstrução do Rio Grande do Sul, atingido por catástrofe climática, lamentando a obstrução à votação do Projeto de Lei Complementar.

**Afonso Hamm (PP - RS)** - O Deputado defendeu a aprovação do Recurso nº 8, de 2024, contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências. Além disso, criticou o valor da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul com a União, defendendo a supressão da correção monetária por três anos.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 8, de 2024, contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado advogou as ações do Governo Lula para socorrer o Rio Grande do Sul diante da catástrofe climática que inundou o Estado, destacando a liberação de mais de 70 bilhões de reais, entre outras medidas. Além disso, defendeu a responsabilidade fiscal e criticou a demagogia da Oposição bem como os Líderes que rompem os acordos negociados.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Fernanda Melchionna (PSOL - RS)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências. Além disso, criticou o valor de 90 bilhões de reais da dívida pública do Rio Grande do Sul com a União, em razão das elevadas taxas de juros, e defendeu a anistia dessa dívida como medida fundamental para a reconstrução do Estado.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências. Além disso, defendeu a aprovação dos destaques de modo a ampliar o escopo do projeto de lei complementar a fim de anistiar a dívida pública do Rio Grande do Sul com a União.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências. Além disso, celebrou a cooperação política entre o Presidente da República, Presidente do Senado e Presidente da Câmara dos Deputados para salvar o Rio Grande do Sul e enalteceu o Governo Lula



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

pela liberação de 74 bilhões de reais para a reconstrução do Estado bem como pelo seu plano de ajuda ao povo gaúcho.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências. Além disso, elogiou o Partido Liberal (PL) como o maior partido do Brasil e criticou o Partido dos Trabalhadores (PT) por não respeitar a democracia.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Reginaldo Lopes (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Na oportunidade, elogiou a atuação parlamentar de solidariedade à população do Rio Grande do Sul em decorrência das enchentes.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Ele criticou a Esquerda e a gestão cultural do Governo Lula, mencionando a Lei Rouanet.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº5, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Gervásio Maia (PSB - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Na oportunidade, enfatizou os desafios enfrentados pelos gaúchos com as enchentes e pediu apoio para a recuperação do Rio Grande do Sul.

**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Mencionou as providências do Governo Federal e a solidariedade de todos ao Rio Grande do Sul em decorrência das enchentes.

**Afonso Hamm (PP - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Na oportunidade, criticou a Esquerda e o Governo Lula.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº3, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Na oportunidade, defendeu as providências do Governo Lula em apoio ao Rio Grande do Sul.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado apelou aos Parlamentares para votarem a favor ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, projeto crucial para ajudar o Rio Grande do Sul, que enfrenta uma grave tragédia devido às enchentes. Ele destacou a importância de não politizar a questão e manter a calma. Relatou sua experiência pessoal ao visitar a região afetada e testemunhar o desespero das pessoas. Enfatizou que essa votação é um gesto necessário de solidariedade e apoio ao povo gaúcho e concluiu ressaltando a urgência e importância da votação para proporcionar alívio imediato ao Estado do Rio Grande do Sul.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Gervásio Maia (PSB - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Afonso Hamm (PP - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação da expressão "ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão", constante no inciso I do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, constante no artigo 4º do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado fez um apelo aos colegas Parlamentares para votarem pela manutenção do texto original do projeto, argumentando que o destaque em questão prejudicaria o Rio Grande do Sul. Ele explicou que o texto original permite a contratação de empresas para a reconstrução do Estado, que enfrenta enormes problemas de saneamento, habitação e estradas destruídas. Ele enfatizou que, se o destaque for aprovado, esses investimentos e contratos, incluindo financiamentos internacionais como os anunciados pelo BRICS, não poderão ser realizados. Concluiu pedindo apoio para garantir os investimentos necessários para a reconstrução e normalização do Estado após a tragédia das enchentes.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão", constante no inciso I do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, constante no artigo 4º do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Reginaldo Lopes (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão", constante no inciso I do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, constante no artigo 4º do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão", constante no inciso I do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, constante no artigo 4º do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão", constante no inciso I do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, constante no artigo 4º do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão", constante no inciso I do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, constante no artigo 4º do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. Ele afirmou que, se aprovado, o destaque impediria a contratação de empresas para a reconstrução do Estado, afetando negativamente áreas como saneamento, habitação e infraestrutura. Ressaltou os esforços do Governo Federal para ajudar o Estado, incluindo a suspensão de pagamentos da dívida por três anos e a liberação de recursos significativos. Ele apelou aos Parlamentares para votarem "sim" e manterem o texto original do projeto, destacando a necessidade de unir forças para apoiar o povo gaúcho na superação da tragédia causada pelas enchentes.

**Afonso Motta (PDT - RS)** - O Deputado falou sobre a importância de rejeitar um destaque específico relacionado ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024. Ele explicou que aprovar o destaque prejudicaria o Rio Grande do Sul, pois impediria a contratação de financiamentos e recursos necessários para a recuperação do Estado após as recentes tragédias. Ressaltou que a proposta de anistia completa da dívida seria inviável dentro das regras do projeto de lei complementar. Portanto, ele apelou aos Parlamentares para votarem pela manutenção do texto original, garantindo assim os meios para ajudar o Estado na reconstrução e recuperação econômica.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada celebrou a aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, do relatório favorável ao Projeto de Lei nº 419, de 2023, que modifica os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

arts. 65 e 115 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para alterar circunstância atenuante e veda a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos e, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade. A proposta, apresentada no início de seu mandato, visa excluir crimes de violência sexual contra mulheres das disposições que atenuam penas e reduzem prazos prescricionais com base na idade do autor. O projeto busca combater a impunidade e assegurar punições mais rigorosas, independentemente da idade do criminoso. Expressou confiança na transformação da proposta em lei, destacando seu impacto positivo na proteção das mulheres brasileiras.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado destacou em discurso a grave situação no Rio Grande do Sul, onde o Guaíba alcançou 5,19 metros, com projeções de atingir 5,5 metros. A crise, causada por ventos e rios inundados, resultou em evacuações e inundações severas em Porto Alegre (RS) e outras cidades. Elogiou a resposta rápida do Presidente Lula, que providenciou socorro imediato, e pediu solidariedade da sociedade por meio de doações e trabalho voluntário. Ressaltou a importância da união para enfrentar a calamidade e reconstruir o Estado.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado denunciou a situação crítica da BR-364, essencial para o desenvolvimento do Acre, que se encontra destruída sem sinais de reconstrução pelo Governo Lula. Em abril, durante o encontro Rotas de Integração Sul-Americana, a Ministra Simone Tebet prometeu a recuperação da rodovia e investimentos para transformar o Acre em uma rota de comércio. Contudo, o edital publicado revelou apenas serviços de manutenção, frustrando as expectativas. Criticou o governo por promessas não cumpridas, destacando os riscos e acidentes frequentes na BR-364. A bancada buscará explicações e ações urgentes para evitar o isolamento da região do Juruá.

**Maria Rosas (REPUBLICANOS - SP)** - A Deputada discursou sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, destacando a importância da conscientização e proteção das crianças. Lembrou o caso trágico no Espírito Santo que motivou a criação da data e a Lei Federal 9.970/2000. A campanha "Faça Bonito" visa alertar sobre diferentes formas de abuso e exploração, incentivando denúncias por meio de canais como Disque 100 e Conselhos Tutelares. Em 2022, houve 22.527 casos registrados no Brasil, um aumento de 13,8% em relação ao ano anterior. A UNICEF estima que 400 milhões de crianças sofram violência sexual anualmente, ressaltando a importância de políticas eficazes de prevenção e educação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

**Luiz Lima (PL - RJ)** - O Deputado elogiou o Projeto de Lei nº 1.478, de 2024, da Deputada Rosângela Reis (PL-MG), que visa sancionar as Empresas de aviação por maus tratos aos animais (LEI JOCA), responsabilizando empresas de aviação por maus-tratos ou morte de animais durante o transporte. O projeto, apelidado de Lei Joca em homenagem ao cachorro que morreu em um voo da Gol, prevê multas de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil para as companhias aéreas. Destacou a negligência no caso de Joca, que foi submetido a uma jornada estressante e prolongada, resultando em sua morte. Defendeu a necessidade de responsabilizar as empresas para evitar futuros incidentes e proteger o bem-estar dos animais.

**Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP)** - O Deputado abordou a preocupante evasão escolar entre jovens brasileiros. Dados do IBGE revelaram que cerca de 9 milhões de jovens, entre 14 e 29 anos, estão fora da escola, destacando a disparidade socioeconômica e a necessidade de políticas públicas eficazes. Enfatizou que muitos jovens abandonam os estudos para trabalhar e ajudar suas famílias, enquanto outros são impedidos pela violência e insegurança nas comunidades. Propôs investimentos em programas de educação inclusiva e integração entre políticas de segurança e educação. Destacou a importância de parcerias entre Governo, sociedade civil e setor privado para promover a inclusão educacional e preparar os jovens para o mercado de trabalho.

**Ivan Valente (PSOL - SP)** - O Deputado criticou duramente a propagação de *fake news* pela extrema-direita durante a tragédia no Rio Grande do Sul, que resultou em mais de cem mortes e oitenta mil desabrigados. Destacou que essas desinformações criminosas prejudicam o socorro às vítimas, desestimulando doações essenciais. Apontou a responsabilidade da extrema-direita em criar caos e desconfiança, comparando a situação à desinformação durante a pandemia de COVID-19. Anunciou a representação da bancada do PSOL contra Deputados que espalharam mentiras, buscando responsabilizá-los por suas ações danosas.

**Capitão Alberto Neto (PL - AM)** - O Deputado destacou a necessidade de um profundo debate regional sobre a reforma do Sistema Tributário Nacional. Alertou para o risco de fracasso das políticas públicas voltadas à Zona Franca de Manaus (ZFM) e às Áreas de Livre Comércio (ALC). Criticou a exclusão de incentivos fiscais para "bens de perfumaria", afetando a competitividade da ZFM, e mencionou obstáculos à industrialização nessas áreas. Destacou o impacto negativo no setor comercial e agropecuário e a vedação de créditos para "bebidas açucaradas". Defendeu um debate aberto e flexível para garantir investimentos na região norte.

**Rubens Otoni (PT - GO)** - O Deputado expressou solidariedade ao povo gaúcho, afetado por enchentes, e ofereceu apoio da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura. Prestou condolências aos familiares



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 83.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/05/2024

da Deputada Amália Barros, defensora das pessoas com deficiência. Destacou a importância do Maio Amarelo na conscientização sobre segurança no trânsito, citando dados da Polícia Rodoviária Federal que apontaram 28.429 acidentes urbanos em 2023. Ressaltou a necessidade de melhorar a legislação de trânsito e a importância da Política Nacional de Mobilidade Urbana para a segurança viária. Enfatizou a participação social nas atividades legislativas e anunciou um debate sobre o Transporte Público Coletivo em uma *live* no dia 22 de maio.

**Ana Paula Lima (PT - SC)** - A Deputada lamentou a prevalência da violência contra a mulher no Brasil, destacando os recentes casos de feminicídio em Blumenau (SC) e Joinville (SC), que resultaram em quatro mortes. Em Santa Catarina, 56 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2023, e 28.167 solicitaram medidas protetivas. Criticou o baixo investimento do governo estadual no combate à violência contra a mulher. Destacou as ações do Governo federal, incluindo a criação do Ministério das Mulheres e a promulgação da Lei da Igualdade Salarial. Reforçou a importância das políticas públicas para a proteção, emancipação e empoderamento das mulheres. Afirmou que o Governo Lula está no caminho certo com iniciativas como a construção de Casas da Mulher e o programa Brasil Sem Misoginia.

## ENCERRAMENTO